

ARTIGOS

FASE: 20 ANOS DE VIDA

SÔNIA D'ÁVILA
Presidente da Fase

A história da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (Fase) está relacionada com a história de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1864, o Padre Cacique funda a Escola Santa Teresa para meninas. Em 1881, é iniciada a construção do atual Asilo Padre Cacique, destinado a sustentar mendigos e idosos em condição de abandono. Em 1932, é inaugurado o Asilo São Joaquim.

O Asilo São Joaquim, atual Sede Administrativa da Fase, abrigou nesses quase 90 anos o Instituto Central de Menores (ICM), Centro do Jovem e Adulto, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem) e, de 2002 até os dias atuais, a Fase.

Vivemos uma realidade que representa mudança de mentalidade, não mais sendo um ambiente correccional-repressivo.

Temos o compromisso de reparar algo que, por algum motivo, não foi totalmente contemplado. Ainda estamos passando por mudanças, mas felizes com os resultados conquistados até aqui. Olhamos para o passado com sabedoria e respeito e vislumbramos um futuro cada vez mais promissor.

Temos o compromisso de reparar algo que, por algum motivo, não foi totalmente contemplado

A Fase trabalha com um olhar voltado para as futuras gerações, preocupada em oferecer serviços que atendam os

anseios da população e, em especial, àqueles que, por algum motivo, estejam ali buscando resgatar algo que não lhes foi proporcionado em sua formação como cidadão. Isso é a socioeducação.

A Fase, atualmente, dispõe de 23 unidades, sendo oito em Porto Alegre e 15 no interior do Estado. E mais três a serem inauguradas. Além de escolas vinculadas, é composta por equipes multidisciplinares, que apoiam os jovens durante o cumprimento da medida socioeducativa, ofertando educação, profissionalização, saúde e segurança.

Por esses 20 anos e todos que estão por vir, nosso compromisso é de que os caminhos serão sempre renovados, e a certeza é de novos rumos e aprendizados.

Fase, construindo pontes para novos começos.



FLÁVIO TAVARES

Jornalista e escritor

OS SÍMBOLOS

Há símbolos que vão além do que representam. Mas, quando algum acidente tira deles a essência, cai todo o arcabouço. No Brasil, esse é (ou foi) o caso da Petrobras, símbolo da nossa dinâmica e criatividade.

A Petrobras foi tal qual a bandeira como símbolo pátrio. Já nasceu lutando, numa batalha por nossa independência econômica. “O petróleo é nosso” foi, nos anos 1940-1950, o lema de um combate diuturno que levou à prisão milhares de brasileiros, numa campanha por nossa libertação econômica, mas que o tacho conservadorismo no poder tachava de “agitação comunista”.

A luta por “o petróleo é nosso” só se materializou com a criação da Petrobras em 1953, no governo Vargas. Na época, o petróleo significava a emancipação econômico-social e tomamos a empresa como a alforria do povo e da nação.

A Petrobras tornou-se a maior empresa do país e da América Latina, intocável e autônoma, longe da política partidária. Com isso, chegou à descoberta do pré-sal. Empresa pública sob domínio do governo federal com ministério capital privado, foi tratada respeitosamente até nos anos da ditadura militar, em que o poder se exercia de cima para baixo, autoritariamente.

A Petrobras se fez símbolo ao ter administrações estáveis que, pela continuidade, planejavam e implantavam ações. Resistiu até à corrupção de Lula nos governos do PT. Agora, Bolsonaro nomeou o quarto presidente da empresa em três anos e meio do atual governo, interrompendo uma gestão que recém se preparava para agir.

A Petrobras já nasceu lutando por nossa independência

...

O novo presidente da empresa é secretário de Desburocratização e Governo Digital do Ministério de Economia, mas pouco conhece de petróleo. Os especialistas não o vêm apto a “baixar o preço dos combustíveis”, como diz o presidente da República. O alto preço atual está atrelado à desvalorização do real frente ao dólar.

No fundo, tudo se deve ao fantasma da inflação, visível no preço dos alimentos e bens essenciais. E isso, por acaso, não é um símbolo do atual desgoverno?



STF, ICMS, DIESEL E OS GOVERNOS

CLAUDIO LEITE PIMENTEL
Advogado tributarista
pimentel@pimenteladvogados.com.br

O governo federal e os governos estaduais travam uma briga política buscando imputar, um ao outro, a responsabilidade pelo preço do diesel, que vem onerando a produção, a circulação e boa parte da atividade econômica no Brasil. Em verdade, esse embate não serve a ninguém, muito menos à população.

Para “coroar” essa disputa, o assunto foi levado ao STF, para que este decida se os Estados podem burlar a lei que determina uma alíquota única de ICMS para o preço do diesel no país inteiro, ou se devem seguir o estabelecido pelo Congresso.

Essa briga, que serve exclusivamente a fins políticos, apenas revela a face perversa do que ocorre em termos de tributação no país. Vejamos: a carga tributária no Brasil há décadas vem sendo levada a efeito de uma forma irracional e ilógica, tributando, acientadamente, o consumo e a produção. As incidências tributárias se dão com o chamado “efeito cascata”, com diversos tributos onerando a re-

ceita bruta das empresas e que são repassados ao custo dos bens e mercadorias. E se os governos desoneram, temporariamente, determinado item, buscam suprir isso com o aumento da tributação em outros itens. É como colocar a culpa da traição no sofá, ignorando que tirar o sofá da

Essa briga, que serve exclusivamente a fins políticos, apenas revela a face perversa do que ocorre em termos de tributação no país

sala não vai resolver o problema conjugal.

A questão toda passa pela necessidade de uma reforma tributária que racionalize o sistema tributário como um todo, para retirar o peso da tributação em cascata e verticalizada da produção e do consumo e tributar a renda de um modo progressivo

e justo. Exemplifico: a tabela do IR segue congelada há sete anos e, antes desse congelamento, já estava defasada. Se o governo federal reajustasse essa tabela em 50% dos valores atuais, o peso disso para as pessoas de menor renda seria muito mais impactante e favorável do que a redução do diesel; se os governos estaduais observassem o que o STF já afirmou como inconstitucional e cobrassem o ICMS na luz e na telefonia a uma alíquota de 17%, o peso favorável para as pessoas e empresas seria muito maior do que essa briga do diesel.

Veja-se que, se o diesel subir US\$ 1 lá fora, toda a suposta “economia” dessa briga entre União e Estados vai por água abaixo. É necessário que se pare de tangenciar os reais problemas tributários do país para enfren-tá-los de forma real e efetiva. É necessário equilibrar receita x despesa pública para que o Brasil não dependa de o STF decidir aquilo que é muito simples de fazer, seguir a lei.